

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Governo celebrou em julho de 2022, com a ANMP, um acordo de colaboração nas áreas da educação e da saúde, assumindo, no âmbito do quadro geral, que a questão da descentralização não estava a funcionar e que seria necessário corrigir rapidamente todo o edifício legislativo e financeiro, sob pena do processo ser ruinoso para as autarquias e para o país.

Nesse acordo comprometeu-se a publicar no prazo de 90 dias, através de portaria, várias tomadas de decisão sobre matérias estruturantes (refeições escolares, transportes escolares, equipamentos, rácios de pessoal), muitas que até à data ainda não aconteceram.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem acompanhado o desconforto público de muitos autarcas com o processo de descentralização, e também nas áreas da educação e da saúde, áreas em que os municípios estão a avançar com mais dinheiro do que o que estava previsto, sem que lhes seja repostos esse diferencial.

Para além da questão financeira, muitas questões têm levado ainda a que as Câmaras Municipais não assumam as competências na área da saúde, área em que têm que assinar autos de transferência, mas onde apenas cerca de um terço das mesmas assumiram as competências, num processo onde se conseguiu defraudar todas as expectativas.

Não é aceitável esta situação que distorce tudo o que foi acordado com os autarcas.

Nestes termos, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, perguntam:

1. Está o Ministério da Coesão, através da DGAL, a pagar as refeições escolares aos municípios, o valor acordado com a ANMP referente às refeições escolares (2,75€/refeição)?
2. Quando preconiza o governo a publicação da Portaria sobre os Rácios de pessoal não docente na Educação?
3. Quando define o governo a fórmula de financiamento do apetrechamento dos edifícios escolares?
4. Quando define o Governo a formula de financiamento das despesas relativas ao transportes

escolar?

5. Quantos municípios apresentaram no final do ano passado os relatórios das respetivas Comissões de Acompanhamento? Quantos relatórios já foram validados pela DGEST/DGAL? Quantos já receberam os valores em falta ou devolveram os valores em excesso?
6. Quando preconiza o Governo apresentar o programa de recuperação dos Centros de Saúde assumidos pelos municípios que já assumiram as delegações de competências nesta área?
7. Quando preconiza o governo a publicação da Portaria sobre os Rácios de pessoal não docente na Saúde?
8. Quando preconiza o Governo a publicação da Portaria com os rácios de viaturas?

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2023

Deputado(a)s

LUÍS GOMES(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

JOÃO BARBOSA DE MELO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOÃO PRATA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)